

Os fundamentos filosóficos da sociedade medieval: Entre a síntese agostiniana e a escolástica tomista

The philosophical foundations of medieval society: Between the Augustinian synthesis and Thomistic scholasticism

Jair Fernando Alves da Silva²⁰

Recebido em 01 de fevereiro de 2025

Aceito em 10 de março de 2025

Resumo: Este artigo examina a inter-relação entre a filosofia e a sociedade medieval, destacando como os principais pensadores e correntes filosóficas moldaram e foram moldados pelas estruturas culturais, políticas e religiosas da época. Com ênfase em Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e Guilherme de Ockham, explora-se a síntese entre fé e razão, o conceito de lei natural e as transformações sociais que influenciaram o pensamento filosófico e a organização social medieval. Além disso, analisa-se o impacto das universidades, do intercâmbio cultural e das crises políticas na consolidação da filosofia medieval.

Palavra-chave: Idade Média. Filosofia Medieval. Escolástica. Santo Agostinho. Educação Medieval.

Abstract: This article examines the interrelationship between philosophy and medieval society, highlighting how the main thinkers and philosophical currents shaped and were shaped by the cultural, political and religious structures of the time. With emphasis on Saint Augustine, Saint Thomas Aquinas and William of Ockham, the article explores the synthesis between faith and reason, the concept of natural law and the social transformations that influenced philosophical thought and medieval social organization. In addition, the article analyzes the impact of universities, cultural exchange and political crises on the consolidation of medieval philosophy.

Keyword: Middle Ages. Medieval Philosophy. Scholasticism. Saint Augustine. Medieval Education.

Introdução

A Idade Média representa um período de intensa interação entre filosofia, teologia e organização social, em que as ideias filosóficas desempenharam um papel central na estruturação política e cultural. Desde a queda do Império Romano, o cristianismo emergiu como a força dominante na vida intelectual e espiritual, influenciando profundamente a formação das instituições e dos valores da sociedade medieval. Os debates filosóficos desse período estavam

²⁰ Mestrando em Filosofia pela Universidade Federal de Rondônia sob orientação do Prof. Dr. Paulo Roberto Konzen. vonnoble@outlook.com / <https://orcid.org/0009-0005-7576-3023>

intrinsecamente ligados à teologia, estabelecendo as bases do pensamento escolástico e promovendo a articulação entre fé e razão.

A relação entre filosofia e sociedade medieval pode ser observada no papel das universidades, no desenvolvimento das teorias políticas e no estabelecimento de princípios morais e éticos que orientaram a vida cotidiana. Este artigo busca analisar como os debates filosóficos influenciaram as instituições e os valores medievais, abordando questões como a síntese entre fé e razão, a relação entre Igreja e Estado e o impacto das universidades no pensamento ocidental.

Além disso, serão exploradas as contribuições de pensadores medievais e como suas ideias ajudaram a moldar a organização social, ética e política, consolidando a filosofia como uma ferramenta crucial para entender as transformações históricas e culturais da época. A filosofia medieval não apenas forneceu respostas para os desafios especulativos e teológicos do período, mas também estruturou modelos de governança, justificou hierarquias sociais e estabeleceu princípios educativos que perduram até os dias de hoje.

A Filosofia como Base da Sociedade Medieval

A síntese de Santo Agostinho

Santo Agostinho (354-430 d.C.) foi um dos mais importantes filósofos e teólogos do cristianismo, sendo fundamental para a formação da filosofia medieval e da teologia cristã ocidental. Sua obra combina elementos do Neoplatonismo, da tradição bíblica e da filosofia clássica, especialmente de Platão.

Santo Agostinho desenvolveu uma visão histórica que diferenciava a Cidade de Deus da Cidade dos Homens, sugerindo que a Igreja possuía a autoridade espiritual para guiar as almas e influenciar as estruturas temporais. Essa perspectiva legitimou a centralidade da religião na sociedade medieval e reforçou a hierarquia social e política baseada em princípios cristãos. A distinção entre a autoridade divina e a humana permitiu um modelo dual de governança, mas sempre com a primazia do espiritual sobre o temporal.

“As duas cidades foram formadas por dois amores: a terrena pelo amor de si até o desprezo de Deus; a celestial pelo amor de Deus até o desprezo de si” (*A Cidade de Deus*, Agostinho, 2010, p. 567).

Agostinho também enfatizou o papel da graça divina na salvação e no conhecimento, o que consolidou a visão de que a autoridade eclesiástica era a guardiã da verdade e da moralidade. Esse pensamento influenciou diretamente a formação de instituições como os mosteiros, que se tornaram centros de aprendizado e espiritualidade.

Neoplatonismo e a ordem cósmica

O Neoplatonismo é uma corrente filosófica que se desenvolveu a partir do pensamento de Platão, especialmente nos séculos III a VI d.C., com forte influência na filosofia medieval cristã, islâmica e judaica. Seu fundador mais proeminente foi Plotino, cuja obra foi registrada por seu discípulo Porfírio nas *Enéadas*.

O Neoplatonismo exerceu forte impacto na Patrística, na Escolástica medieval (especialmente em pensadores como Santo Agostinho), na Filosofia Islâmica (Avicena e Al-Farabi) e na tradição mística renascentista (Marsilio Ficino).

Ao adotar elementos do neoplatonismo, Agostinho propôs uma visão hierárquica do universo, onde tudo emanava de Deus, o Bem supremo. A partir dessa perspectiva, as desigualdades sociais eram vistas como reflexos de uma ordem divina, alinhadas às hierarquias naturais. O conceito de "iluminação divina" também era central, afirmando que o conhecimento verdadeiro só era possível pela graça de Deus, o que consolidava o papel da Igreja como guardiã da verdade.

“A iluminação é a participação na luz divina, que ordena e esclarece a mente humana” (*Confissões*, Agostinho, 2010, p. 98).

Essa visão influenciou a concepção de justiça e moralidade na Idade Média, estabelecendo uma relação entre o cosmos ordenado e a organização social humana. A Igreja, como intermediária entre Deus e os homens, era vista

como responsável por manter essa ordem, orientando a sociedade segundo princípios divinos.

Escolástica e Estruturas de Poder

São Tomás de Aquino: Fé, razão e lei natural

São Tomás de Aquino (1225-1274) foi um dos maiores filósofos e teólogos da Idade Média, considerado o principal expoente da Escolástica. Ele buscou conciliar a filosofia aristotélica com a teologia cristã, criando uma síntese que influenciou profundamente o pensamento ocidental.

Tomás de Aquino consolidou a Escolástica, sintetizando a filosofia aristotélica com a teologia cristã. Sua teoria da lei natural estabeleceu um fundamento racional para a moralidade e a legislação, influenciando tanto o pensamento político quanto as instituições jurídicas. Para Aquino, a lei natural era uma participação da lei eterna na razão humana, o que vinculava diretamente as ações humanas ao plano divino. Isso forneceu uma base ética universal, aplicável tanto às leis civis quanto às eclesiásticas.

“A lei natural é a participação da criatura racional na lei eterna” (Summa Theologiae, Aquino, 2015, I-II, q.91, a.2).

Aquino também elaborou uma visão detalhada sobre o papel das virtudes na vida humana, enfatizando que a busca pelo bem comum era o objetivo último da sociedade. Essa perspectiva influenciou profundamente o desenvolvimento do pensamento político medieval, destacando a necessidade de governantes justos e virtuosos.

Autoridade e o papel do Estado

Aquino via o Estado como uma instituição necessária para o bem comum, mas subordinada à Igreja no que dizia respeito à salvação das almas. Ele defendia a cooperação entre as autoridades seculares e espirituais, com a Igreja oferecendo direção moral e espiritual, enquanto o Estado garantia a ordem temporal. Essa visão reforçava a ideia de que a autoridade política derivava, em última instância, de Deus.

“O fim último do homem, que é a bem-aventurança, só pode ser alcançado sob a orientação da Igreja” (Summa Theologiae, Aquino, 2015, II-II, q. 50).

Justiça e sociedade

Para Aquino, a justiça era a virtude central que ordenava as relações humanas conforme a lei natural. Ele distinguia entre justiça distributiva, que regulava a distribuição de bens e honrarias, e justiça comutativa, que governava as relações entre indivíduos. Essa abordagem moldou os sistemas legais medievais, promovendo uma visão integrada de ética e política que influenciava diretamente a organização social.

“A justiça consiste na vontade constante e perpétua de dar a cada um o que lhe é devido” (Summa Theologiae, Aquino, 2015, II-II, q.58, a.1).

Debates Filosóficos e Transformações Sociais

Nominalismo e a crise dos universais

Guilherme de Ockham (c. 1287–1347) foi um filósofo e frade franciscano inglês, considerado uma das figuras mais influentes da filosofia medieval. Ele é mais conhecido por sua Navalha de Ockham, um princípio metodológico que advoga pela simplicidade nas explicações.

Ele estabelece que, ao buscar uma explicação para um fenômeno ou problema, deve-se optar pela solução mais simples entre as alternativas disponíveis, ou seja, a explicação que faz menos suposições

Sua obra também está profundamente ligada à nominalismo, uma teoria que desafia as ideias metafísicas mais abstratas de sua época.

O nominalismo de Guilherme de Ockham desafiou a visão escolástica ao negar a existência real dos universais, afirmando que apenas os indivíduos existiam concretamente. Essa postura reduziu a dependência de grandes sistemas metafísicos e abriu espaço para um pensamento mais empírico e individualista.

“Nada mais é universal além do nome; a realidade consiste apenas nos indivíduos” (Opera Philosophica et Theologica, Ockham, 1990, p. 210).

O impacto do nominalismo foi profundo, ao promover uma abordagem mais crítica da autoridade, questionando a centralidade da Igreja na interpretação do mundo.

A fragmentação da autoridade medieval

Os debates filosóficos sobre os universais coincidiram com mudanças históricas significativas, como o declínio da autoridade papal durante o Cisma do Ocidente e o fortalecimento das monarquias nacionais. Essa fragmentação contribuiu para a emergência de novos modelos de governança e para o avanço das ideias que culminariam na modernidade, incluindo o Renascimento e a Reforma Protestante.

A Filosofia na Cultura e Educação Medieval

O surgimento das universidades

A Filosofia na Cultura e Educação Medieval está profundamente ligada ao cristianismo e ao movimento de resgatar a tradição clássica greco-romana, o que gerou uma fusão entre a filosofia grega, em particular a de Aristóteles, e a doutrina cristã. Esse período foi marcado pela busca de uma conciliação entre fé e razão, o que foi um tema central, especialmente durante o auge da escolástica.

Durante a Idade Média, a educação estava fortemente vinculada à Igreja, e o estudo da Filosofia era realizado nos mosteiros e catedrais. A Filosofia medieval procurava entender a natureza de Deus, o mundo e o ser humano a partir de uma perspectiva teológica. Santo Agostinho, por exemplo, foi uma figura central ao buscar uma explicação racional para a fé cristã. Já Tomás de Aquino, um dos principais filósofos da escolástica, procurou sintetizar a filosofia aristotélica com a doutrina cristã, fazendo da razão e da fé elementos que não se contradizem, mas se complementam.

O surgimento das universidades, por sua vez, foi um reflexo da crescente necessidade de uma educação mais estruturada. As universidades medievais começaram a surgir no século XII, inicialmente como escolas catedrais, e gradualmente se tornaram centros independentes de ensino. Elas eram, em grande parte, voltadas para o estudo da Filosofia, Teologia e Direito, com destaque para universidades como as de Bolonha, Paris e Oxford.

Essas universidades, além de serem instituições de ensino, também desempenhavam um papel importante na produção e transmissão de conhecimento, sendo locais onde filósofos e teólogos se reuniam para debater questões intelectuais e doutrinárias. O método dialético, muito utilizado na filosofia escolástica, tornou-se a base para os debates acadêmicos nas universidades, que começaram a se estruturar em faculdades, com um currículo definido e uma organização hierárquica.

Essas instituições também refletiam o crescente poder da Igreja, que controlava o ensino e influenciava diretamente a formação dos intelectuais. A Filosofia medieval, portanto, foi profundamente marcada por essa interação entre fé, razão e a tradição clássica, sendo um ponto de transição fundamental para a filosofia moderna que surgiria no Renascimento.

“As universidades foram o berço do método escolástico, onde a razão e a fé se encontravam” (Le Goff, 1984, p. 243).

O currículo, centrado nas artes liberais e na teologia, preparava clérigos, juristas e administradores para posições de liderança nas estruturas eclesásticas e civis.

Intercâmbio cultural e transmissão do conhecimento

A interação com as tradições filosóficas islâmicas e judaicas foi fundamental para o desenvolvimento do pensamento medieval. Traduções de textos clássicos realizadas por filósofos como Avicena, Averróis e Maimônides enriqueceram o debate europeu, introduzindo novos conceitos e abordagens.

“Sem os tradutores árabes, a Europa medieval jamais teria recuperado Aristóteles” (Russell, 2001, p. 210).

Esse intercâmbio cultural fomentou uma revitalização intelectual que impactou áreas como lógica, metafísica e ética.

Conclusão

A filosofia medieval foi uma força estruturante na sociedade de seu tempo, moldando instituições e valores que perduram até hoje. Ao integrar fé e razão, explorar a lei natural e fomentar debates sobre autoridade e justiça, os pensadores medievais criaram um legado que continua a influenciar o pensamento contemporâneo.

A síntese entre cristianismo e filosofia clássica consolidou uma visão de mundo que dominaria o pensamento ocidental por séculos. A Escolástica, representada especialmente por Tomás de Aquino, promoveu um método racional de análise da realidade que influenciou a ciência, o direito e a política. Por outro lado, o nominalismo de Guilherme de Ockham prenunciou questionamentos modernos sobre os fundamentos do conhecimento e da autoridade, apontando para novas formas de pensar a relação entre indivíduo e sociedade.

As universidades medievais, como as de Paris, Bolonha e Oxford, desempenharam um papel crucial na formação do pensamento ocidental. Essas instituições foram responsáveis por sistematizar o método escolástico, baseado na análise rigorosa e na disputa dialética.

O estudo da filosofia medieval não é apenas uma análise do passado, mas também uma ferramenta para compreender como as questões éticas, políticas e sociais foram moldadas ao longo dos séculos. Seu impacto na organização do pensamento ocidental demonstra a importância do diálogo entre tradição e inovação, garantindo sua relevância para o debate filosófico atual.

Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, Santo. A Cidade de Deus. São Paulo: Editora Paulus, 2010.

AQUINO, Tomás de. Summa Theologiae. Edição bilíngue. São Paulo: Loyola, 2015.

GILSON, Étienne. La Philosophie au Moyen Âge. Paris: Payot, 1952.

KENNY, Anthony. The Rise of the Medieval World, 500-1300. Oxford: Oxford University Press, 2004.

LE GOFF, Jacques. A Civilização do Ocidente Medieval. Lisboa: Estampa, 1984.

MACINTYRE, Alasdair. Deus, Filosofia e as Universidades. São Paulo: É Realizações, 2013.

MARROU, Henri-Irénée. História da Educação na Antiguidade. São Paulo: EPU, 1995.

OCKHAM, Guilherme de. *Opera Philosophica et Theologica*. Nova edição crítica. Oxford: Oxford University Press, 1990.

RUSSELL, Bertrand. *A História da Filosofia Ocidental*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.